

1ª Conferencia Regional sobre Determinantes Sociais da Saúde do Nordeste

Relatório da sessão temática 04: Violência e drogas

Data: 03/09/2013

Coordenador: Deborah Malta (SVS/MS)

Relator: Elis Borde (CEPI-DSS ENSP/FIOCRUZ)

Debatedores:

- Governo: Ângela Cristina Santos Guimarães (Secretaria Nacional da Juventude/ Secretaria Geral da Presidência da República)
- Sociedade Civil: Preto Zezé (Central Única das Favelas)
- Pesquisador/ especialista: María Cecilia Minayo (Escola Nacional de Saúde Pública FIOCRUZ)

Horário de início: 14:30

Horário de encerramento: 17:30

Resumo

Um balanço das políticas públicas e das estratégias visando enfrentar os problemas associados ao uso de drogas e ao padrão sistemático da violência no Brasil, e principalmente no Nordeste, pautou os debates da sessão temática sobre violência e drogas. As considerações dos debatedores e as intervenções do público sobre a temática das drogas se concentraram nomeadamente na questão do Crack e nas drogas lícitas, cujo consumo na opinião dos debatedores continua sendo estimulado de forma sistemática. Destacou-se que dada a complexidade do fenômeno e a heterogeneidade dos usuários, não pode existir uma receita única para enfrentar os desafios impostos pelo Crack. O foco dos debates sobre a violência constituiu o homicídio e, mais especificamente, os determinantes sociais e processos de determinação social dos homicídios na região do Nordeste, principalmente abordando e denunciando a violência contra a juventude negra nas periferias urbanas. Com base nos diagnósticos da situação atual e das experiências nos âmbitos políticos, científicos e sociais, apontaram-se ainda possíveis estratégias para reverter o alarmante quadro de violência e uso de drogas no Brasil.

Crack e drogas lícitas

A falta de evidência sobre a prevalência e os usuários de Crack é um problema apontado por todos os debatedores. Reclamou-se ainda que as políticas para usuários de Crack tenham sido tímidas e principalmente pautadas pelo aumento do número de policiais e a abertura de vagas adicionais em

hospitais. Reconhecendo os avanços da campanha “Crack é possível vencer”, os debatedores afirmaram a necessidade de melhorar e, principalmente, estrategicamente articular as respostas ao problema do Crack para promover a redução de danos. Destacou-se ainda que dada a complexidade do fenômeno e a heterogeneidade dos usuários, não pode existir uma receita única para enfrentar os desafios impostos pelo Crack, o qual se evidencia também nas diferentes trajetórias dos usuários de Crack retratados no documentário “Selva de Pedra: Fortaleza Noiada” produzido e trazido ao debate por Preto Zezé, representando a sociedade civil.

A questão das drogas lícitas foi principalmente abordada em relação ao papel da mídia, que segundo os debatedores sistematicamente promove o consumo ao naturalizar o uso principalmente de álcool e cigarros através dos caracteres das novelas e ainda tende invisibilizar os efeitos prejudiciais, por exemplo, em relação à taxa de acidentes de trânsito. Neste sentido, os debatedores chamaram atenção para o fato da cerveja não ser considerada bebida alcoólica, o qual prejudica a comunicação de riscos, entre outros.

Violência como construto histórico-social

Os debatedores reconheceram a violência como um grave problema de saúde pública na região do Nordeste e apontaram para as raízes históricas e coloniais da cultura de violência na região. Neste sentido e de acordo às colocações da pesquisadora Maria Cecília Minayo, a violência ocorre em espaços social e historicamente definidos. A coordenadora da mesa, Deborah Malta, destacou a importância de sistemas de informação para vigiar e melhorar a compreensão dos desdobramentos atuais deste padrão estrutural de violência no Nordeste Brasileiro. Referiu-se principalmente à necessidade da vigilância viva para obter dados sobre eventos de violência, vítimas e agressores e ressaltou uma nova portaria do Ministério de Saúde universalizando a notificação obrigatória de eventos de violência. No entanto, todos os debatedores problematizaram a sub-notificação que parece marcar esta fase inicial do estabelecimento de um sistema de vigilância e informação compreensivo no Brasil.

Os determinantes sociais da violência: raça, gênero e território

As características da violência de Estado, enfatizadas principalmente pela representante do governo, Ângela Cristina Santos de Guimarães, mas também o perfil das vítimas de homicídios sem envolvimento direto do Estado claramente reflete um padrão sistemático e socio-historicamente enraizado, principalmente em relação e em função do racismo que marcou a formação histórico-social do Brasil e continua marcando o país. A representante do governo e os participantes da sessão, neste sentido se referiram ao conjunto de raça, território e gênero como determinantes sociais da violência (de Estado),

destacando o abismo nas taxas de homicídio entre negros e brancos, por exemplo, nos Estado de Alagoas e Pernambuco. Todos os debatedores fizeram referência à queda da mortalidade infantil que salvou vidas num primeiro momento, mas aparentemente apenas atrasou a morte porque os sobreviventes constituem justamente a população mais atingida pela violência de Estado.

Políticas públicas para enfrentar a violência

Enfatizou-se ainda que é preciso avançar ações integradas e não apenas políticas ou programas pontuais para lidar com os problemas que as drogas e a violência trazem. Neste sentido, a representante do governo colocou a violência como reflexo da ausência de políticas públicas. No entanto, a pesquisadora Maria Cecília Minayo alertou com base num estudo de caso analisando quatro casos de municípios na Argentina e no Brasil em relação a suas taxas de homicídio, que taxas elevadas de homicídio podem estar associadas tanto à ausência quanto à consequência de ações do Estado. Outros fatores que a autora deste estudo destacou foram:

- Comunicação (redes de comunicação capazes de promover o controle social e a coesão entre os moradores),
- Ambiente externo (os efeitos de políticas macroeconômicas e macrossociais),
- Formação da subjetividade (importância da cultura e história local na reprodução de valores).

No estudo de caso referido não se evidenciou um papel destacado das igrejas, que geralmente são referidas como freios da violência. No debate problematizou-se inclusive que o Estado muitas vezes entrega o atendimento das vítimas de violência a instituições afiliados a igrejas, o qual pode prejudica o atendimento de populações tradicionalmente condenadas pela igreja. Um exemplo constitui a população LGBT.

Violência e cotas raciais: sobre a necessidade de políticas de ação afirmativa

Diante uma intervenção polêmica do público sobre a relação entre cotas raciais e violência contra cotistas negros, todos os debatedores afirmaram que sem e com cotas existe violência e discriminação contra as populações não-brancas no Brasil, o qual se explica pelo padrão de dominação, exclusão e marginalização que marcou a colonização e formação histórico-social deste país. Enfatizou-se a necessidade de ações afirmativas também nos programas e nas políticas buscando enfrentar o problema da violência e das drogas. Neste sentido, o Plano “Juventude Viva” do Governo Federal é assumida como política de ação afirmativa e segundo a representante do governo se justifica porque a população negra é a mais atingida pela violência. Ainda defendeu um foco na juventude dentro de um marco de

reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos de acordo ao estatuto de juventude e de políticas de estado para a juventude, promovidas desde os anos 1990 e principalmente reforçadas desde 2005. Neste sentido, o Plano atua por meio de 4 eixos destacados pela representante do governo:

- Desconstrução da cultura da violência, que implica a valorização da vida da juventude negra
- Reconstruir o estado como garantidor de direitos (Estado antes ausente e apenas presente por meio da polícia)
- Abrir espaços de lazer para a juventude
- Transformação de territórios.

Horizontes de transformação – violência e drogas

Partindo do pressuposto de que a violência é social e historicamente construída, Maria Cecilia Minayo enfatizou que a violência tem saída porque as bases histórico-sociais da violência podem ser desconstruídas. Destacou-se ainda a importância de compartilhar e complementar diferentes saberes para enfrentar os problemas impostos pela violência e pelas drogas. De acordo com uma intervenção do público, bancada pelos debatedores, a inaceitável violência policial contra jovens negros cria condições para a violência se reproduzir, principalmente a partir da assim chamada “impotência materializada” que estes atos violentos implicam. Houve consenso entre os debatedores e grande parte do público na afirmação da necessidade de democratizar a polícia. A pesquisadora Minayo esclareceu que este processo precisa ser impulso pela sociedade civil.

Outro horizonte de transformação apontado pelos debatedores, principalmente a representante do governo, Ângela Cristina Santos Guimarães, é o foco na juventude e a desnaturalização da associação automática entre juventude, violência e drogas.

Destacou-se ainda o papel central da família no enfrentamento dos problemas de violência e drogas. No entanto, enfatizou-se a necessidade de situar a realidade de muitas famílias chamadas “disfuncionais” e reconhecer que os pais de crianças negras das periferias urbanas muitas vezes são ausentes porque trabalham cuidando os filhos dos brancos.